

Caderno 6

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2014

Tribunais de Contas

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

11) Processo nº 200912763-00

Responsável : Maria Luiza Barroso Magno
Origem : Movimento de Promoção da Mulher
Assunto : Prestação de Contas do Convênio nº 027/2009, celebrado com a SEMEC/PMB

12) Processo nº 200914195-00

Responsável : Ivanilda do Rosário Barata
Origem : Ação Social da Manhã
Assunto : Prestação de Contas do Convênio nº 039/2009, celebrado com a SEMEC/PMB

13) Processo nº 201307955-00

Responsável : Ana Vanilda Fernandes
Origem : Grêmio Recreativo Escola de Samba Piratas da Batucada

Assunto : Prestação de Contas do Convênio nº 002/2013, celebrado com a FUMBEL/PMB

14) Processo nº 201220667-00

Interessado(a) : Elza Maria da Silva Lima

Origem : IPAMB/PMB

Assunto : Aposentadoria

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

15) Processo nº 201216227-00

Interessado(a) : Maria da Conceição dos Santos Gomes

Origem : Instituto de Previdência do Município de Castanhal

Assunto : Aposentadoria

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

16) Processo nº 201219878-00

Interessado(a) : Margaret da Silva Pinho

Origem : Instituto de Previdência do Município de Castanhal

Assunto : Aposentadoria

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

17) Processo nº 201220178-00

Interessado(a) : Sonia Maria Pantoja Rocha

Origem : Instituto de Previdência do Município de Castanhal

Assunto : Aposentadoria

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

18) Processo nº 201217890-00

Interessado(a) : Maximiana da Silva Rodrigues (viúva) e Alex

Rafael da Silva Rodrigues (filho menor)

Origem : IPAMB/PMB

Assunto : Pensão

Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

19) Processo nº 201410514-00

Responsável : Jeová Gonçalves Andrade

Origem : Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás

Assunto : Lei nº 632/2014, de 19.05.2014, reajuste salarial de Servidores Municipais

Relatora : Conselheira Mara Lúcia

20) Processo nº 201410518-00

Responsável : Alexandre Pereira dos Santos

Origem : Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás

Assunto : Lei nº 635/2014, de 26.05.2014, reajuste salarial dos Professores Municipais

Relatora : Conselheira Mara Lúcia

21) Processo nº 201407900-00

Responsável : Mauro Rodrigues Chagas

Origem : Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas

Assunto : Lei nº 0.134/2014, de 13.04.2014, reajuste salarial de Servidores Municipais

Relatora : Conselheira Mara Lúcia

22) Processo nº 201411025-00

Responsável : Frank Nazaré da Silva Pereira

Origem : Câmara Municipal de Ourém

Assunto : Resolução nº 002/2014, de 15.05.2014, reajuste salarial de Servidores Municipais

Relatora : Conselheira Mara Lúcia

23) Processo nº 201411242-00

Interessado(a) : Andreia Nascimento Costa

Origem : Câmara Municipal de Santa Maria do Pará

Assunto : Resolução nº 003/2014, de 26.05.2014, que reajustou os valores das diárias dos Vereadores

Relatora : Conselheira Mara Lúcia

24) Processo nº 201411195-00

Interessado(a) : Fabricio da Rocha Lacerda

Origem : Câmara Municipal de Abel Figueiredo

Assunto : Resolução nº 002/2012, que estabelece os subsídios dos Vereadores para a Legislatura 2013/2016

Relator : Conselheiro Cezar Colares

25) Processo nº 201412430-00

Interessado(a) : Valmira Alves da Silva

Origem : Câmara Municipal de Novo Repartimento

Assunto : Lei nº 869/2012, que fixa os valores dos subsídios do

Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura

2013/2016

Relator : Conselheiro Cezar Colares

26) Processo nº 201412431-00

Interessado(a) : Alberto Bozi

Origem : Câmara Municipal de Novo Repartimento

Assunto : Lei nº 870/2012, que fixa os valores dos subsídios dos

Vereadores para a Legislatura 2013/2016

Relator : Conselheiro Cezar Colares

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado

do Pará, em 22/08/2014.

a) Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 733856

Modalidade: Pregão Presencial

Número: 13/2014

Objeto: Aquisição de mobiliário, mesa tipo diretor, mesa linear, gaveteiro volante, armário baixo, cadeira tipo operacional, interlocutor, executiva, espera, com a finalidade de modernização e adequação das instalações do Anexo III deste TCE-Pa, conforme os quantitativos e especificações técnicas e condições constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital

Entrega do Edital: A Cópia do Edital e de seus Anexos poderá ser obtida, no Departamento de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Pará, sito na Trav. Quintino Bocaiuva nº 1585, gratuitamente, através de meio digital, com a apresentação de mídia de gravação. Em cópias, as expensas dos interessados, nos dias úteis, das 09 às 13 horas ou através da INTERNET no Site: <http://www.tce.pa.gov.br>.

Observação: Quaisquer informações sobre a presente licitação, serão prestadas pelo Pregoeiro Sr. José Adail Vieira Filho ou pela Equipe de Apoio, até o primeiro dia útil que anteceda a data fixada para abertura da sessão pública do presente Pregão, no horário de 09 às 13 horas, ou através do telefone (91) 3210-0614.

Responsável pelo certame: JOSÉ ADAIL VIEIRA FILHO

Local de Abertura: Tribunal de Contas do Estado do Pará

Data da Abertura: 04/09/2014

Hora da Abertura: 09:00

Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso
----------------------	---------------------	------------------

01032112262670000	449052 0101000000	Estadual
-------------------	-------------------	----------

01032112262670000	449052 0301000000	Estadual
-------------------	-------------------	----------

01032112262670000	449052 0312000000	Estadual
-------------------	-------------------	----------

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 733942

TERMO ADITIVO: 3

Data de Assinatura: 14/08/2014

Valor: 17.725,20

Vigência: 18/08/2014 a 17/08/2015

Classificação do Objeto: Outros

Justificativa: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Contrato: 3

Exercício: 2011

Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso
----------------------	---------------------	------------------

01122129745340000	339039 0101000000	Estadual
-------------------	-------------------	----------

Contratado: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

Endereço: R Antônio Barreto, Bairro: Umarizal, 1260

CEP: 66060-020 - Belém/PA

Telefone: 9132135104

Ordenador: ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

NOTIFICAÇÃO E PORTARIA Nº 071/2014-PAPPCF/ PJTFEISFRJE NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 733517 NOTIFICAÇÃO

Ilmo(a). Sr(a).

Responsável Legal do(a) ASSOC. DE MULHERES AMIGAS DE BOA VISTA

Tv. Tabeliao Valentim, 157, CENTRO - SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA - PA - CEP: 68820-000

A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial nos termos dos artigos 127 e 129 inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICA Vossa Senhoria a apresentar até o dia 30/09/2014, na sede desta Promotoria, sito na Rua João Diogo, 52, CEP 66015-160, Telefone: 4008-0448 ou 4008-0564, a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA DESSA ENTIDADE, REFERENTE AO ANO-CALENDÁRIO 2013.

VERBAS PÚBLICAS RECEBIDAS PELA ENTIDADE EM 2013

CONVENIENTE	Nº DO CONVENIO	VALOR (R\$)
-------------	----------------	-------------

SUSIPE	22.050,00-	Anual
--------	------------	-------

FONTE: Portais de transparência até 31/12/2013.

A referida prestação de contas cujo roteiro de documentos encontra-se em anexo, deverá observar as normas legais e contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Científico-o(a) que a apresentação incompleta da documentação poderá importar em desaprovação das contas.

Outrossim, informo que o não atendimento injustificado a esta notificação poderá sujeitar Vossa Senhoria as medidas legais cabíveis, inclusive a responsabilização por improbidade administrativa.

Belém, 15 de Julho de 2014.

JOAO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA

Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial, em exercício

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

DA COMARCA DE BELÉM

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR DE PRESTAÇÃO DE

CONTAS FINALÍSTICAS

PORTARIA Nº 071/2014-PAPPCF/PJTFEISFRJE

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial com fundamento nas disposições constitucionais legais;

CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo aqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social ou assistencial;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Comarca de Belém, as entidades sociais que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; artigo 16 da Resolução nº 020/2013-CPJ-MPPA, de 24 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO o artigo 27 da Lei 12.101/2009, que estabelece atribuições ao Ministério Público para fiscalizar as entidades de interesse social portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;

CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;